



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## RELATÓRIO DE ALERTA - RPPS

**Processo TC** 4478/989/20  
**Poder** EXECUTIVO  
**Município** Botucatu  
**Entidade** INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE BOTUCATU  
**Período** 02/2020  
**Auditor** Dr. Alexandre Manir Figueiredo Sarquis  
**Unidade Fiscalizadora** UR-02 UNIDADE REGIONAL DE BAURU  
**Responsável** Walner Clayton Rodrigues  
**Cargo** DIRIGENTE  
**CPF** 291.866.708-08  
**Período de Gestão** 01/02/2018 a 31/12/2021  
**Responsável** Walner Clayton Rodrigues  
**Cargo** GESTOR  
**CPF** 291.866.708-08  
**Período de Gestão** 01/02/2018 a 31/12/2021

Em atendimento ao disposto nas Instruções vigentes e na Ordem de Serviço atualmente em vigor, temos a informar que este documento exhibe as análises relativas especificamente aos RPPS, conforme seguem.

RPPS

## 1 - Assunto de Fiscalização: Avaliação das Receitas Previstas e Arrecadadas do RPPS

### 1.1 - Contribuição dos Servidores (Ativos, Inativos e Pensionistas)

Receita Prevista	R\$ 2.139.333,34
Receita Arrecadada	R\$ 1.856.413,90
<b>Variação</b>	<b>13,22%</b>
Percentual limite	10,00%

Alerte-se o RPPS pela obrigação na cobrança dos valores e a Prefeitura pela responsabilização na gestão dos recursos municipais, que no mês em análise foi apurada diferença entre o valor previsto e o recebido pelo RPPS relativos à Contribuição dos

Servidores (Ativos, Inativos e Pensionistas), podendo revelar o descumprimento ao art. 24, § 1º, II, da Orientação Normativa MPS nº 02, de 31 de março de 2009 e prejuízo ao disposto no art. 5º, I, "b", da Portaria MPS nº 204, de 10 de julho de 2008.

## 1.2 - Aporte para Equacionamento do Déficit Atuarial

Receita Prevista	R\$ 2.138.333,34
Receita Arrecadada	R\$ 1.866.661,24
<b>Variação</b>	<b>12,70%</b>
Percentual limite	10,00%

Alerte-se o RPPS pela obrigação na cobrança dos valores e a Prefeitura pela responsabilização na gestão dos recursos municipais, que no mês em análise foi apurada diferença entre o valor previsto e o recebido pelo RPPS relativos a Aporte para Equacionamento do Déficit Atuarial, demonstrando tendência ao descumprimento do equilíbrio atuarial estabelecido no art. 1º da Lei Federal nº 9717, de 27 de novembro de 1998 e no art. 6º da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, bem como, no art. 69 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Data da Geração: 04/06/2020  
Hora da Geração: 20:48:37